

TRANSFORMAÇÕES EM CURSO: A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA EM RELAÇÃO ÀS MULHERES PRETAS E A VISÃO DAS MULHERES PRETAS SOBRE A PSICOLOGIA

Tainá Valente Amaro¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, RS, Brasil.

Cassiane de Freitas Paixão²

Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Curso de Ciências Sociais, Rio Grande, RS, Brasil.

Resumo: Este artigo aborda a escassez de produções acadêmicas sobre psicólogas pretas no Brasil, examinando os resultados de buscas em bases de dados. O referencial teórico-metodológico parte das teorias interseccionais pretas. Além disso, são apresentados relatos de psicólogas pretas pioneiras, ressaltando suas trajetórias e as dificuldades enfrentadas. A pesquisa revela a ausência de estudos que tratem da experiência das psicólogas pretas e discutam o tema do racismo na profissão. O texto também busca enfatizar a importância de valorizar as vozes e experiências das mulheres pretas na Psicologia e propõe romper com narrativas que desumanizam e coisificam o povo negro, apontando a urgência de uma Psicologia antirracista, comprometida em enfrentar as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Psicologia; psicólogas pretas; Psicologia Antirracista.

ONGOING TRANSFORMATIONS: PSYCHOLOGY'S PERSPECTIVE ON BLACK WOMEN AND BLACK WOMEN'S VIEW ON PSYCHOLOGY

¹ Minicurrículo: Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Saúde Mental. Especialista em Educação para a Sexualidade pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Graduada em Psicologia pela mesma universidade. E-mail: tainavalente@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4765-1818>

² Minicurrículo: Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tutora do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos (PET). Professora permanente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEDU/FURG), na Linha 3 - Educação, culturas, identidades e diferenças. Doutora em Educação Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS (2010). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2004). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (1999). E-mail: cassianepaixao77@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8085-1862>

Abstract: This article addresses the scarcity of academic productions about Black psychologists in Brazil, examining the results of searches in databases. The theoretical-methodological framework is based on Black intersectional theories. Additionally, accounts of pioneering Black psychologists are presented, highlighting their trajectories and the challenges they faced. The research reveals the absence of studies that address the experiences of Black psychologists and discuss the theme of racism within the profession. The text also seeks to emphasize the importance of valuing the voices and experiences of Black women in Psychology and proposes breaking away from narratives that dehumanize and objectify the Black population, pointing out the urgency of an anti-racist Psychology committed to confronting the racial inequalities present in Brazilian society.

Keywords: Psychology; Black psychologists; Anti-Racist Psychology.

TRANSFORMACIONES EN CURSO: LA PERSPECTIVA DE LA PSICOLOGÍA SOBRE LAS MUJERES NEGRAS Y LA VISIÓN DE LAS MUJERES NEGRAS SOBRE LA PSICOLOGÍA

Resumen: Este artículo aborda la escasez de producciones académicas sobre psicólogas negras en Brasil, examinando los resultados de búsquedas en bases de datos. El marco teórico-metodológico se basa en las teorías interseccionales negras. Además, se presentan relatos de psicólogas negras pioneras, resaltando sus trayectorias y los desafíos que enfrentaron. La investigación revela la ausencia de estudios que aborden las experiencias de las psicólogas negras y discutan el tema del racismo en la profesión. El texto también busca enfatizar la importancia de valorar las voces y experiencias de las mujeres negras en la Psicología y propone romper con narrativas que deshumanizan y objetifican a la población negra, señalando la urgencia de una Psicología antirracista, comprometida en enfrentar las desigualdades raciales presentes en la sociedad brasileña.

Palabras-clave: Psicología; psicólogas negras; Psicología Antirracista.

TRANSFORMATIONS EN COURS : LA PERSPECTIVE DE LA PSYCHOLOGIE SUR LES FEMMES NOIRES ET LE REGARD DES FEMMES NOIRES SUR LA PSYCHOLOGIE

Résumé: Cet article aborde la pénurie de productions académiques sur les psychologues noires au Brésil, examinant les résultats de recherches dans les bases de données. Le cadre théorique-méthodologique repose sur les théories intersectionnelles noires. De plus, des témoignages de psychologues noires pionnières sont présentés, mettant en évidence leurs trajectoires et les défis auxquels elles ont été confrontées. La recherche révèle l'absence d'études traitant des expériences des psychologues noires et discutant du thème du racisme au sein de la profession. Le texte cherche également à souligner l'importance de valoriser les voix et les expériences des femmes noires en psychologie et propose de rompre avec les récits qui déshumanisent et réduisent le peuple noir à l'état d'objet, en

soulignant l'urgence d'une psychologie antiraciste, engagée à affronter les inégalités raciales présentes dans la société brésilienne.

mots-clés: Psychologie ; psychologues noires ; Psychologie Antiraciste.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, realizamos uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, mas os resultados apontaram para a ausência de artigos que tratassem especificamente da experiência das psicólogas pretas e do tema do racismo na profissão. Diante dessa lacuna, é imprescindível reconhecer a importância de valorizar as vozes e experiências das mulheres pretas na Psicologia, assim como a urgência de construir uma Psicologia antirracista, comprometida em enfrentar as desigualdades raciais presentes na nossa sociedade. Neste trabalho, apresentamos relatos de psicólogas pretas pioneiras, destacando suas trajetórias e as dificuldades enfrentadas, buscando assim contribuir para uma reflexão mais ampla sobre a presença e a representatividade das mulheres negras na Psicologia e para o fortalecimento de uma Psicologia comprometida com a luta contra o racismo.

Apresento aqui os resultados da busca em relação a produção acadêmica sobre psicólogas pretas no Brasil, em seguida discuto as narrativas de desumanização e de (Re)existências de Mulheres pretas construída no ocidente, com apoio da ciência moderna. Aqui também penso as contribuições da Psicologia no estudo das relações raciais, assim como a contribuição de pessoas pretas para a consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão. Faço algumas reflexões sobre a presença de pessoas pretas na Psicologia e os tensionamentos feitos por elas e também apresento algumas Redes de/para Psicólogas(os) Pretas (os) no Brasil. Merece destaque que a presença preta, tanto na Psicologia quanto nas redes e coletivos, é principalmente de mulheres pretas.

Ao compreender as estratégias de (re)existências de psicólogas pretas, indico também o rompimento com as narrativas que digam sobre o negro-tema ou o tema do negro. Me interessa os modos de vida, o existir e a construção das humanidades de pessoas pretas, a partir de suas próprias experiências. Entendemos que, apesar

das diversas tentativas de desumanização/coisificação, há o movimento de construção de outras formas de ser e estar no mundo.

CAMINHO METODOLÓGICO

Para o levantamento de produções acadêmicas sobre psicólogas pretas, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca foi realizada no campo Título, na qual se utilizou primeiramente a palavra “psicólogas” e depois acrescentada a palavra “**pretas**” ou “**negras**”, no plural e no singular, pois encontrou-se resultados diferentes conforme a flexão gramatical. Posteriormente, procuramos por produções com os descritores “psicologia” e antirracista”.

Optamos por fazer a busca para o período de 2002 e 2018. O período foi escolhido por ter sido o ano em que se começa a adotar timidamente as políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro, quando se percebe uma democratização da universidade com ingresso daqueles e daquelas que eram alijados desse direito, pretos/as e/ou pobres. Buscamos também apenas textos escritos em Língua Portuguesa e que continham no título os descritores utilizados.

Na base de dados SciELO, ao utilizar o descritor “psicóloga”, localizamos 6 artigos entre o período de 2002 a 2018. Utilizando o descritor “psicólogas”, 5 artigos foram achados para o mesmo período de tempo. Ao acrescentar a palavra “pretas” ou “preta” - no singular e no plural- não encontramos nenhum artigo.

Na base de dados PePSIC, utilizando o descritor “psicóloga” encontramos 7 resultados. Aplicando o descritor “psicólogas”, encontramos 9 artigos entre 2002 e 2018. Ao acrescentar os descritores “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não se encontrou nenhum artigo.

Na base de dados BVS foram encontrados 12 textos utilizando-se o descritor “psicóloga” dentro do período de tempo escolhido. Utilizando-se o descritor

“psicólogas”, foram encontrados 17 textos dentro do período estipulado. Ao acrescentar o descritor “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não encontramos nenhuma referência.

Na base LILACS foram encontrados 8 textos utilizando-se o descritor “psicólogas”. Utilizando-se o descritor “psicóloga” encontramos 10 artigos e ao acrescentarmos o descritor “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não localizamos nenhuma produção. Na BDTD, utilizando o descritor “psicóloga”, encontramos 22 resultados e ao acrescentarmos os descritores “pretas” ou “preta” - no singular e no plural - não encontramos nenhum texto.

Nas bases de dados pesquisadas e dentro dos parâmetros utilizados, nenhum texto foi encontrado sobre psicólogas pretas. Dos artigos encontrados, entre o período de 2002 e 2018, somente utilizando a palavra psicólogas, apenas 1 fala sobre a organização política de psicólogas e também 1 fala sobre o perfil de psicólogas, nenhum aborda especificamente o perfil racial da profissão, tampouco a construção subjetiva de mulheres pretas psicólogas.

Fora do período de tempo utilizado (2002 a 2018), encontramos um material do ano de 1984 que aparece nas bases de dados SciELO, PePSIC e BVS. Trata-se de uma matéria realizada pela comissão editorial do próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP), no ano de 1984, intitulada “Eu, mulher, psicóloga e negra”, cujo objetivo era verificar questões relativas ao preconceito na relação terapeuta negro e paciente (negro ou não).

De acordo com a comissão editorial do conselho, ao iniciar o material, eles relatam a dificuldade em encontrar psicólogos negros, especialmente psicólogos psicanalistas. Segundo eles, no âmbito dos psicólogos psicanalistas, não foram localizados psicólogos negros. A orientação psicanalítica é vista como particularmente interessante devido ao tratamento dos conceitos de transferência e contratransferência, o que poderia proporcionar relatos experienciais relevantes (CFP, 1984, p.10).

Sem ter encontrado profissionais na área da Psicanálise, o conselho decidiu por ampliar o tema e discutir as relações do profissional (de diferentes áreas) com a clientela. “Como a profissão é marcadamente feminina, foi menos difícil encontrar

psicólogas pretas, mesmo sendo pouquíssimas” (CFP, 1984, p.10). Apesar de todas as dificuldades, foram ouvidos, pela comissão editorial do CFP, depoimentos de quatro psicólogas pretas ao total, sendo duas em Brasília: Olga Inácio de Moura e Neli Ferreira Mures; e duas em São Paulo: Edna Maria Santos Roland e Gicele Maria de Menezes Alakija. Sobre as participantes deste estudo precursor:

Olga Inácio de Moura é uma psicóloga mineira formada pela Universidade Católica de Belo Horizonte, com experiência em Psicologia Industrial. Neli Ferreira Mures, carioca formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, possui vivência em hospitais psiquiátricos e especialização no Instituto de Medicina Psicológica. Edna Maria Santos Roland é uma proeminente líder do movimento negro brasileiro, maranhense, graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-graduação em Psicologia Social pela PUC/SP, e notável por suas contribuições na luta pelos direitos das mulheres negras. Gicele Maria de Menezes Alakija, baiana, é formada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com doutorado pela USP, tendo desenvolvido pesquisas sobre creches e trabalhado como professora e em ambulatório de saúde mental. Cada uma dessas profissionais tem uma trajetória relevante no campo da Psicologia no Brasil.

Neste material do Conselho Federal de Psicologia estão expostos, através de depoimentos, suas histórias de vida pessoal e profissional e a partir de relatos próprios, uma análise da situação do negro no Brasil. São relatadas as discriminações sofridas, os preconceitos, as dificuldades no trabalho, as ideias e posições sobre o racismo, o movimento negro e, principalmente, a trajetória de vida, enquanto mulher, psicóloga e preta (CFP, 1984).

Fora das bases de dados pesquisadas, um segundo material importante a ser destacado é o Trabalho de Conclusão de Curso de Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira, do ano de 2013, cujo objetivo principal foi refletir sobre o impacto do racismo nos processos de subjetivação e saúde mental de mulheres pretas, no qual as sujeitas da pesquisa são três mulheres pretas psicólogas, que também relatam suas trajetórias (CERQUEIRA, 2013).

Ao pesquisar os descritores “Psicologia” e “antirracista”, foi encontrado um texto na base de dados SciELO, que trata de um ensaio de autoria de Edelu Kawahala

e Rodrigo Diaz de Vivar y Soler, intitulado “Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon”, no qual os autores dissertam sobre a contribuição da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon para a Psicologia Social. Já nas bases LILACS, BVS, PePSIC e na BDTD, nenhum texto que tivessem no título os descritores “Psicologia” e “antirracista” foi encontrado.

Além dos estudos citados, é nítida a escassez de pesquisas cujas participantes sejam psicólogas pretas que questionem a raça/cor da profissão e sua posição no enfrentamento ao racismo. Mas isso não necessariamente significa que esta discussão não esteja sendo feita por pessoas pretas, “o fato é que nossas vozes, graças ao sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido, ou então representados por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, ou até mesmo em nós.” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Desta forma, a ausência de resultados nas bases de dados sinaliza a omissão da Psicologia em relação a raça e racismo e também para o apagamento e desqualificação de estudos feitos por e com pessoas pretas que não constam nas referidas bases. Esse processo de apagamento e invisibilização de intelectuais pretas, “em função do racismo do sexismo e da exploração de classe institucionalizados é um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação.” (Hooks, 1995, p. 467).

É notável que mesmo de forma tímida a relevância da inclusão do quesito raça/cor tem sido considerada na Psicologia, porém ainda restringindo-se aos usuários/clientes dos serviços, a discussão racial parece ser na maioria das vezes direcionadas aos pacientes, os “outros”, e quando esses outros somos “nós”?

O autor Guerreiro Ramos (1995, p. 191) destaca a tematização da raça/cor de pessoas negras sem o protagonismo nas discussões, referindo-se a isso como o “negro como tema”. Ele aponta que, historicamente, o negro tem sido objeto de análise e escalpelação por literatos, antropólogos e sociólogos, enquanto a vida real do negro é relegada a segundo plano. Segundo Ramos, o estudo do negro como tema se originou com Nina Rodrigues, que fundou a corrente brasileira de estudos sociológicos e antropológicos centrada no tema do negro. É importante diferenciar o

negro como tema, objeto de análise, da vida real e efetiva do negro, que luta para se fazer presente dentro das condições sociais brasileiras (RAMOS, 1995, p. 115, 187).

NARRATIVAS INTERSECCIONAIS DE MULHERES PRETAS

A demanda por novas formas de compreensão das humanidades pretas é latente: “precisamos de uma estrutura que nos possibilite examinar o que significa ser o que somos, e que ao mesmo tempo nos encoraja a perceber o que queremos nos tornar”. (BAKARE-YUSUF, 2003). Atualmente, percebemos um movimento crescente e consistente de pessoas pretas que ecoam a voz da autora nigeriana Bibi Bakare Yusuf, na busca de compreender seus processos humanos, os efeitos do racismo em suas construções humanitárias e suas potencialidades enquanto sujeitos na coletividade.

Jurema Werneck (2010), ao discorrer sobre o movimento de mulheres pretas, afirma que a identidade política deste movimento é construída a partir da reivindicação do passado histórico de luta em comum. A autora é orientada pela compreensão de que as mulheres pretas, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravização, expropriação colonial e da modernidade racista.

A autora assevera que a organização política para as mulheres pretas é imprescindível, uma vez que o enfrentamento coletivo ao racismo é fundamental e prioritário, pois se constitui no principal fator de produção de desigualdades entre mulheres e homens e também entre mulheres (WERNECK, 2010) – hierarquias realçadas pelo sexismo e pela heteronormatividade. Vânia Bonfim (2009) compreende que raça e gênero são categorias relacionais indissolúveis, pois “não se pode ser homem ou branco, mulher ou preta, homem ou negro, mulher ou branca, já que são atributos físicos ostentavelmente anunciados e, de forma conjunta, interpretados socialmente” (BONFIM, 2009, p. 221). Desse modo, entende-se que as vulnerabilidades a que são submetidas as pessoas pretas são diferentes em

comparação às vividas por pessoas brancas, devido ao racismo e a todas as desigualdades históricas impostas a partir do colonialismo às comunidades pretas. Essas desigualdades irão ser constitutivas no processo de produção de subjetividades pretas.

Uma das principais acusações dos movimentos de mulheres pretas levantadas contra o feminismo Ocidental branco é que ele não considera as diferenças de raça, classe e culturas. De modo contrário, impõe experiências e estruturas históricas para outras sociedades e culturas (BAKARE-YUSUF, 2003). Por isso, essas teorias não se sustentam na maioria das vezes em outros contextos não-ocidentais, não brancos e não favorecidos social e economicamente, pois desconsideram as vivências diferentes de outras mulheres como legítimas.

Nos últimos anos, percebemos o interesse crescente de pesquisas acadêmicas sobre o movimento de mulheres, assim como a divulgação de ideias, reflexões e experiências sobre o movimento de mulheres em diferentes mídias. Quando esse interesse é voltado especificamente para a articulação política das mulheres pretas, geralmente, está relacionado ao protagonismo que essas mulheres exercem nos diferentes aspectos da vida social (FIGUEIREDO, 2018).

Werneck (2010) aposta na restituição do papel de mulheres pretas como elo importante na construção da diáspora brasileira. A autora também pensa sobre a resistência de pessoas pretas como um imperativo de sobrevivência, pois as formas organizativas de mulheres pretas tiveram um importante papel nas ações de resistência à escravização no Brasil. Nesse sentido, (re)existir para pessoas pretas possui o sentido de estar sempre atualizando e reinventando a própria existência diante da lógica colonial (ALVES & AMARAL, 2018). Consideramos que a mulher preta é a potência de produção de vida a todo instante, constituindo uma dobra nos processos de violências (LIMA, 2017).

Com o propósito de compreender tais vivências de mulheres pretas, a interseccionalidade caracteriza-se como um conceito/ação chave, que busca compreender a forma pela qual racismo, patriarcalismo e opressão de classe criam desigualdades básicas que estruturam as relações de gênero, raça, classe e outras.

A interseccionalidade pode ser entendida como a interação dinâmica entre dois ou mais eixos de subordinação. (CRENSHAW, 2002).

Além da prática, este conceito tem dado aporte teórico a muitas feministas e estudiosas de raça, gênero, classe e sexualidade, que se propõem a entender as opressões que sofrem as mulheres, de forma não fragmentada ou hierárquica, mas sim relacionais e interdependentes.

Neste sentido, interseccionalidade constitui-se em uma ferramenta teórica-conceitual fundamental para ativistas e teóricas comprometidas com análises que desvelam os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais-institucionais (RODRIGUES, 2013).

Para Akotirene (2018), a interseccionalidade nos auxilia a compreender a inseparabilidade estrutural do racismo, cisheteropatriarcado, capitalismo e as articulações decorrentes desses sistemas, que, imbricados repetidas vezes, colocam as mulheres pretas mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. A autora alerta também para o esvaziamento do termo, uma vez que para falar sobre interseccionalidades é necessário trabalhar o paradigma afrocêntrico, a origem das opressões, o fundamento e propostas epistemológicas de mulheres pretas.

Os processos coloniais e imperiais que escravizaram, desumanizaram e exterminam material e epistemologicamente as mulheres pretas estão na base da formulação das interseccionalidades. As narrativas afrodiaspóricas de suas próprias histórias são fundantes para o entendimento de processos de humanização a partir das interseccionalidades.

Com base no pensamento de intelectuais pretas, a contribuição das experiências pessoais corrobora para o desenvolvimento das teorias e práticas. E assim, historicamente, a perspectiva em primeira pessoa é fundamental para a construção de novas epistemologias, novas histórias. A epistemologia, no entendimento de Patrícia Hill Collins (2019), indica como as relações de poder determinam em quem você acredita e por quê.

Como discorre Collins (2019, p. 408), “muitas de nós mulheres pretas, somos vistas como testemunhas não confiáveis da nossa própria experiência. Assim,

acadêmicas pretas que optam por acreditar em outras mulheres pretas podem ser vistas como suspeitas”. Diversas são as acusações em relação a nossa forma de produzir conhecimentos. Janaina Damaceno Gomes (2013) resgata as acusações às mulheres nas ciências sociais de serem bruxas, especialmente a Virgínia Bicudo, que foi chamada publicamente de Charlatã. A autora relaciona os acusamentos de bruxaria com as denúncias de “militância” feitas por docentes contra estudantes negros:

Contra estudantes negros, a acusação de bruxaria mais recorrente entre nós é a de militante! Sempre haverá um professor em alguma banca com o dedo em riste para acusar: “Bruxo!”, “Militante!”. Dá no mesmo. É um jeito delicado de dizer que não fazemos ciência, de que não nos distanciamos de nossos objetos! “Bruxa!” (GOMES, 2013, p. 60).

Mudam-se o tempo e o contexto e as acusações se reformulam, mas permanecem contra aquelas que estão em posições que desafiam a manutenção do saber-poder masculina, branca e burguesa. Sabemos que o problema não está somente em nossas metodologias, teorizações ou práticas de pesquisas, tampouco em termos ou não engajamento em movimentos sociais. Está na nossa cor, em sermos mulheres pretas, em sermos cotistas, em não correspondermos às normas sociais de acadêmicas, pesquisadoras, psicanalistas, psicólogas, médicas, professoras, advogadas e/ou qualquer profissão/ocupação que não seja dedicada exclusivamente a servir à branquitude.

bell hooks (2013) destaca que até as pessoas brancas que se consideram mais progressistas esperam sempre receber algum serviço de pessoas pretas, nem que seja um conhecimento sobre racismo. As mulheres pretas são colocadas na posição de quem atende aos desejos de mulheres brancas de saber mais sobre raça e racismo, de se “desconstruir”.

Matilde Ribeiro (1995) faz um chamado a todas as mulheres para a construção de uma outra história. Ela chama a atenção para que se perceba a forma secundarizada com que o caráter das opressões que incidem sobre mulheres pretas e suas organizações foi tratado pelos movimentos negros e feministas. A autora destaca a diferença das experiências e reivindicações de feministas brancas para feministas pretas, pois “falava-se na necessidade de a mulher pensar o próprio

prazer, conhecer o corpo, mas reservava-se à mulher pobre preta, em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água"! (RIBEIRO, 1995, p.448).

Diante de todas desigualdades sociais que o racismo coloca para as pessoas pretas, a luta por subsídios materiais é necessária e digna. Porém, diversas violências são reproduzidas quando se limitam às reivindicações de pessoas pretas e pobres a coisas materiais.

Percebemos que, mesmo nos movimentos feministas, a mulher preta e/ou pobre é vista através de estereótipos, e seus sonhos não são considerados. A mulher preta não pode pensar para além da sua subsistência. Somadas aos estereótipos, todas as desigualdades a que a população preta está submetida, no imaginário social, ainda não se espera que a mulher preta esteja ou planeje estar presente em profissões elitizadas e brancas, como a Psicologia.

O processo de desumanização na Psicologia apresenta-se com a negação da relevância de pessoas pretas na sua construção, ou no branqueamento daqueles/as em que a participação para a consolidação dessa ciência e profissão foi inegável.

PRESENÇA PRETA NA PSICOLOGIA

Para pensar a presença preta na Psicologia é necessário questionar de que forma a Psicologia como ciência e profissão tem se posicionado frente às relações étnico-raciais, assim como em relação à constituição racial da profissão. A Psicologia nasce como ciência no final do século XIX (mesmo que os discursos psicológicos tenham surgido antes), com a Europa tida como berço, emana no Brasil em 1962 em um contexto dentro do qual as políticas de branqueamento eram ainda mais presentes e a academia dava suporte para o racismo científico, estando fortemente amparada no eurocentrismo e nos mitos em relação à mestiçagem.

Antes mesmo da oficialização da Psiquiatria e Psicologia no Brasil, um psiquiatra e uma psicanalista preta contribuíram com discursos contra-hegemônicos na área psi no país. São eles: Juliano Moreira e Virgínia Bicudo.

A partir da década de 1980, o racismo passa a ser compreendido dentro da Psicologia não apenas como um fenômeno social a ser estudado, mas sim como um fenômeno ligado às relações de poder estruturais de nossa sociedade e, portanto,

demanda comprometimento ético-político ligado aos direitos humanos e à luta antirracista. Podemos, assim, dizer que é a partir do olhar do negro para a Psicologia, e não mais da Psicologia em relação ao negro como objeto, que a Psicologia Social brasileira passa a se comprometer de fato com o combate ao racismo (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

O levantamento bibliográfico feito no ano de 2014 por Sônia Lages sobre pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da população negra aponta a escassez nas pesquisas e estudos da psicologia social no que se refere à saúde da população negra no Brasil. No Banco de Teses da Capes, não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese; na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, apenas duas foram encontradas, e na Rede SciELO, somente três artigos. Os temas foram variados, sem nenhuma área de concentração: qualidade de vida; percepção de médicos sobre desigualdades socioculturais; religião; estresse e racismo; políticas públicas em saúde; desigualdades na saúde pública (LAGES, 2014).

Foi nos Programas de Pós-graduação em Ciências Médicas, Enfermagem e Saúde Coletiva (com recorte na área de humanas e social) que foi localizado pela pesquisadora um maior número de estudos, recebendo destaque a anemia falciforme; é importante dizer que essas pesquisas foram realizadas a partir de 2004, apesar do Programa Anemia Falciforme (PAF), do governo federal, ter sido implantado em 1995. É que este programa só recebeu atenção de alguns municípios, a partir do ano 2000, pela pressão que receberam por parte do movimento social negro.

A psicologia social, a partir da sua vertente social crítica, tem o compromisso de dar visibilidade às desigualdades sociais, às ideologias que estigmatizam e oprimem as minorias, e de construir um conhecimento que possibilite sua articulação com as políticas públicas, levantando as prioridades, denunciando as violações dos direitos humanos em todos os campos de atuação do ser humano. As doenças que afetam a população negra não podem ser desvinculadas da realidade social em que vivem, e esta causa danos à construção de sua identidade e subjetividade, mesmo aquelas com raiz genética, como a anemia falciforme. O descaso do próprio Ministério da Saúde, do SUS, e dos centros de saúde quanto a

essa doença, e à saúde da população negra, de forma geral, tem sido relatado pelos pesquisadores e pelo movimento social negro. Nesse sentido, ela ultrapassa a esfera individual e se coloca como um problema político.

Nas últimas décadas, setores da academia e das entidades de classe, a partir do conhecimento histórico racista da Psicologia, lançaram tentativas de reverter o prejuízo e enfrentar o racismo. Ressalta-se a influência das pressões e contribuições do movimento negro, em especial de psicólogos e psicólogas pretas coletivamente organizadas (PRESTES, 2013). Sem tais pressões, a Psicologia continuaria sem tentar compreender as relações raciais.

Nesse sentido além de estudiosas, pesquisadoras no campo Psi, trago também algumas organizações, coletivos pretos no âmbito da Psicologia que estão produzindo tensionamentos e outras formas de saber-fazer. O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), a Amma Psique e Negritude e o Sankofa Instituto de Psicologia são exemplos dessas organizações que produzem estudos, pesquisas e outras práticas em Psicologia com o foco no enfrentamento ao racismo e no bem viver da população negra.

Clélia Prestes (2020), em seu artigo “Não sou eu do campo psi? vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras”, analisa as produções de algumas das principais figuras pretas no campo psi e aponta os silenciamentos e processos que mantêm pessoas pretas no anonimato. Para que haja uma real descolonização do campo, “ensurdecimentos e cegueiras precisam ser revertidas por um ecoar de vozes que permitam não somente dar abertura para tantos trabalhos realizados, estabelecer diálogos, continuidades, acúmulos, como também desalienar o campo psi e descolonizar suas atuações” (PRESTES, 2020, p. 73).

A partir das contribuições dessas psicólogas pretas e dessas organizações, algumas tensões são feitas na construção e atuação da Psicologia e no enfrentamento ao racismo. No entanto, a nível de formação institucional, algumas barreiras são impostas.

Atualmente, no que tange os cursos de Psicologia em universidades públicas, eles são planejados e ofertados em turno integral ou diurno, dificultando o ingresso de pessoas que necessitam trabalhar para a manutenção da própria formação,

especialmente de pessoas pretas. A Psicologia foi - e ainda é - considerada um *locus* da branquitude, um campo profissional potencializador do processo de desumanização e inferiorização de pessoas pretas, no momento em que nega e exclui suas epistemologias e reproduz o modelo ocidental de ser e estar no mundo enquanto padrão de normalidade.

É de extrema importância compreender que, mesmo que as universidades não reflitam o perfil racial da sociedade brasileira, nos últimos anos, principalmente com as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, como o as políticas de ações afirmativas, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para todos (PROUni), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), houve uma mudança no perfil do estudante universitário. E essa mudança causou impacto significativo nas discussões feitas em sala de aula, nos temas de Trabalho de Conclusão de Curso e também nos projetos de pesquisa, ensino e extensão. Aqueles conhecimentos que tratavam de um sujeito deslocado da realidade, neutro, sem pertencimento étnico-racial, assexuado, sem gênero, não são mais suficientes. E reivindicações para que as ementas das disciplinas obrigatórias tenham tais discussões como transversais são feitas pelos Coletivos de estudantes Negros, Coletivos feministas, pelos Diretórios e Centros Acadêmicos, entre outras organizações estudantis.

Os coletivos de estudantes pretos/as fazem o tensionamento da Psicologia desde a formação na graduação. Alguns exemplos desses movimentos de estudantes na Psicologia são o Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, o Coletivo Negro de Psicologia Neusa Santos e o Coletivo Psicopreta, entre vários outros movimentos que se criam nos corredores brancos das faculdades de Psicologia. Mesmo com as atuações dos movimentos negros, o Sistema Conselhos da Psicologia demorou a abraçar a causa.

Se, nos anos 1970 e 1980, engajou-se no Movimento de Reforma Sanitária, nos anos de 1980 e 1990, no Movimento da Reforma psiquiátrica e Luta Antimanicomial 74 e nos anos 1990 instituiu o compromisso social da Psicologia e criou a Comissão de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, foi somente nos anos 2000 que incorporou a discussão sobre racismo e igualdade racial (CFP, 2017).

Neste contexto, a Psicologia possui dados importantes para as teorias de gênero/sexo, pois é uma profissão exercida predominantemente por mulheres, totalizando 84,7% de profissionais (CFP, 2018). Porém, poucos questionamentos e discussões são feitos sobre a raça/cor dessas psicólogas. Nos últimos dados do CFP, 67% das psicólogas brasileiras entrevistadas afirmaram ser de raça ou cor branca, 28% se declararam negras (pretas e pardas), 3% amarela e 1% indígenas (LHULLIER; ROSLINDO, 2013), estando esses dados em contraste com o perfil da população brasileira, onde a maioria da população é negra, representada por 55,4%³ (IBGE, 2018). Sendo assim, fica evidente que a Psicologia se caracteriza por ser também uma profissão majoritariamente branca.

Diante dessa desigualdade estrutural, a Psicologia brasileira dentro da sua especificidade, tanto na prática quanto na produção de conhecimento, deveria possuir a responsabilidade de contribuir ativamente para a compreensão dos efeitos psicossociais do racismo sobre a população preta.

Diante do exposto, é notório o esforço que psicólogos pretos estão realizando para que haja uma (re)construção da Psicologia. Cientes de que existem Psicologias, mas em concordância de que em geral a Psicologia hegemônica, europeia ou estadunidense não dá conta da nossa existência enquanto pessoas pretas na diáspora africana.

Neste sentido, o professor e psicólogo Wade W. Nobles (2009), nos convoca a retomar e reapropriar um foco psicológico afrocentrado, nos apresentando a Psicologia Preta ou Psicologia Africana, nomeada de “Sakhu Sheti” - termo extraído do Medu Netcher (A escrita de Deus), na qual Sakhu significa a compreensão, o iluminador, o olho e a alma do ser, aquilo que inspira, e o Sheti significa entrar profundamente em um assunto. Alguns profissionais invocados principalmente pelas provocações de Nobles, passam a se apropriar dessa “outra” Psicologia e também a construir outras possibilidades, como a Psicologia Quilombola e a Psicologia Favelada.

A Psicologia Preta difundida no Brasil pelo Psicólogo Lucas Veiga, com base

³ Composta por 46,8% de pessoas pardas e 8,6% de pretas.

nas provocações de Nobles, nos provoca a dizer não às narrativas brancas e hegemônicas e a traçarmos nossas próprias narrativas a partir do trabalho que nossos ancestrais e nossos mais velhos em vida vêm produzindo ao longo dos séculos. “Dizemos não a uma certa psicologia, branca demais para acolher e tratar dos efeitos do racismo em nossas subjetividades, e nos aprofundamos no estudo para o desenvolvimento de uma Psicologia Preta no Brasil”. (VEIGA, 2019, p. 247).

A Psicologia Favelada provocada por Gonçalves (2017), a partir de suas experiências nas favelas do Rio de Janeiro, não tem a pretensão de dizer que a Psicologia, tal como se apresenta, deva oferecer seus conhecimentos à favela. Mas é uma reflexão para que a Psicologia possa se repensar enquanto ciência e profissão e afirmação de que deve e precisa aprender com a favela se deseja construir um caminho baseado em uma perspectiva organicamente popular. Não é um campo de atuação e tampouco uma especialidade psi.

Novas perspectivas são construídas, a fim de apresentar novas possibilidades à Psicologia, Abrahao Santos diz sobre a perspectiva do enegrecimento para psicologia:

A perspectiva afroindígena, afropindorâmica ou o que poderá vir a ser uma perspectiva do enegrecimento, baseia-se na necessária equilíbrio da vida em comunidade criada a partir de trocas e acordos, envolvendo o mundo social, os valores civilizatórios das tradições negras e indígenas, na indissociabilidade entre cultura e a natureza, na coalescência entre corpo e mente, no respeito aos antepassados ou à ancestralidade, numa moral do cuidado à vulnerabilidade, tal como a vemos praticada nos terreiros de Candomblé congo-angola. Poderia a Psicologia adotar a moral de cuidado da vulnerabilidade como um princípio do enegrecimento? Fica a questão (SANTOS, 2019, p. 169).

Com todas as fissuras e provocações provadas por estudantes e profissionais pretos, convivemos concomitantemente com o silêncio e acomodação dos psicólogos e professores brancos, que seguem com suas mesmas ementas, práticas e teorias brancocêntricas. A demanda para que haja pelo menos uma disciplina OBRIGATÓRIA sobre relações raciais, ainda é um enfrentamento que precisa ser feito constantemente nos colegiados brancos dos cursos de Psicologia.

Para Cida Bento (2009), a herança de privilégios silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos,

beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade. No entanto, o silêncio não pode apagar o passado, uma vez que o racismo é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera. Segundo a autora, há um acordo entre as pessoas brancas para que determinadas coisas sejam apagadas e não avancem, o que ela chama de pacto narcísico da branquitude. Esse acordo, inconsciente, ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas e elas devem ser recalçadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas.

As poucas produções sobre raça na Psicologia partem principalmente de intelectuais pretas e, mesmo não sendo elas que ganham grande destaque nacional sobre o tema, são elas que pretendo destacar neste trabalho. Audre Lorde (2019) discute a importância de avaliar criticamente as ferramentas teóricas e técnicas que estão à disposição na academia, analisando o que realmente serve à emancipação e o que é engabelação, pois tais ferramentas podem nos permitir temporariamente vencer o colonizador no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona uma mudança estrutural.

A intelectual preta não necessariamente é aquela que estudou em instituições tradicionais, não é uma condição atrelada a títulos acadêmicos. Pode ser alguém que não teve educação formal, mas que desenvolve análises utilizando epistemologias próprias, que inclusive desafia as próprias bases do discurso intelectual padrão. Como a produção de Conceição Evaristo, acadêmica, intelectual, preta, que apresenta a escrita a partir de um lugar social específico, cunhando o termo *escrevivência* de mulheres pretas para descrever o estilo de expressão e resistência baseado nos referenciais próprios.

Em sociedades marcadas pelo racismo, o processo de reconhecimento e valorização das produções pretas é uma forma de romper com os silenciamentos que nos são impostos, como defende Grada Kilomba (2019).

Esta experiência vivida/sofrida pela psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira é ainda vivenciada pela maioria dos profissionais da área psi. Embora hoje os profissionais pretos na área sejam em maior número, o racismo ainda é uma realidade presente, tanto na formação como na atuação da profissão, reflexo do que é vivido no país para quem tem a pele preta.

Na sociedade brasileira, os subempregos são os lugares sociais destinados às pessoas pretas. À mulher preta, especificamente, destina-se a profissão de doméstica, a criação da profissão de doméstica fez-se principalmente a partir da figura da mucama (escravizada ou criada negra, jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em passeios), sendo a doméstica nada mais do que a mucama permitida a dar prestações de bens e serviços. Nesse contexto, podemos constatar que somos sempre vistas como domésticas, independente da classe social em que estamos, espera-se sempre que estejamos disponíveis para servir as pessoas brancas (RIBEIRO, 1995). É importante frisar que não nego a resistência e agência de pessoas que se encontram nessas situações de emprego, é nelas que Lélia Gonzalez (2018) percebe a “resistência passiva” com o exemplo da figura da “mãe preta” que africanizou o português/pretuguês falado hoje no Brasil.

A formação acadêmica não é vista como possibilidade para crianças e jovens pretos, como relata uma das entrevistas feitas por Elizabeth Horge-Freeman: “um dia meu professor na sala de aula apontou para todas as crianças brancas e disse que ‘vocês, os bonitinhos, os branquinhos, vocês todos vão para a faculdade, e os outros teriam que se virar com outra coisa” (HORGE-FREEMAN, 2018, p. 109). O corpo preto neste contexto é visto não somente como esteticamente inferior, mas como o corpo que não pode ocupar determinados espaços, exercer algumas atividades, principalmente as intelectuais.

Mas, na medida que chegamos a espaços não destinados a nós, como a academia e o curso de Psicologia, o racismo torna-se evidente nas oportunidades ou ausência de oportunidades, tanto acadêmicas quanto profissionais, vivenciadas por mulheres pretas psicólogas. O racismo evidenciado durante o acesso ou no não acesso a lugares, espaços, territórios que historicamente possuem hegemonia branca.

Estas disparidades entre psicólogos/as pretos/as e não pretos/as foram apontadas no relatório do projeto de levantamento das informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro, através de um contrato firmado no ano de 2016 entre o CFP e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (DIEESE). Neste estudo, foram analisadas as características dos psicólogos/as ocupados/as e a forma como se inserem no mercado de trabalho, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014.

Além da análise das características e da inserção dos/as psicólogos/as no mercado de trabalho brasileiro, o estudo também apresenta informações sobre o conjunto de ocupados com ensino superior completo, de modo a fornecer uma base de comparação entre a situação dos/as psicólogos/as e a dos demais profissionais com o mesmo grau de formação.

Este relatório reafirma que as mulheres são maioria entre os psicólogos, somando aproximadamente 132 mil no território nacional, o que representa 90,0% do total de psicólogos/as ocupados/as no país. Considerando-se o total de ocupados com ensino superior, as mulheres representam 56,6%, enquanto os homens, 43,3%. Como se pode notar, a presença feminina é bem maior entre os/as psicólogos/as que entre o total de ocupados/as com ensino superior.

Quanto à raça/cor, o relatório aponta que 16,5% dos psicólogos/as são negros ou negras, o que corresponde a 24.162 pessoas; entre os ocupados com ensino superior, esse percentual é bem mais elevado (30,5%).

Outro dado do relatório é a diferença de rendimento entre mulheres psicólogas e homens psicólogos, quando podemos observar que o rendimento médio mensal das mulheres que atuam como psicólogas equivale a R\$ 3.497, mais de 30% superior ao dos homens psicólogos (R\$ 2.676), ao contrário do que se observa entre os ocupados em geral que têm ensino superior: o rendimento masculino corresponde a R\$ 5.296, quase 70% maior que o feminino (R\$ 3.137). Quando se analisa o valor da hora trabalhada, as psicólogas apresentam rendimento inferior ao dos psicólogos: a hora média das mulheres equivale a R\$ 27,76, enquanto a dos homens, a R\$ 37,68, ou seja, 36% a mais. Isso indica que as mulheres têm um rendimento mensal superior ao dos homens por trabalharem mais horas no mês. Em relação ao total de ocupados com ensino superior, verifica-se que as mulheres psicólogas têm rendimento mensal médio e valor médio da hora trabalhada 12% superior aos das demais. Já os psicólogos recebem mensalmente, em média, a

metade dos rendimentos auferidos pelos homens ocupados com ensino superior e quase o mesmo valor do salário hora (DIEESE, 2016).

E o dado mais alarmante é a relação do rendimento médio entre negros e não negros. Segundo o DIEESE (2016), os negros ocupados recebem, em média, menos que os não negros, seja como psicólogos, seja em outras profissões de ensino superior. Um psicólogo negro, em média, recebe R\$ 2.921, valor que corresponde aproximadamente a 83% do que recebe um não negro (R\$ 3.514). Entre os ocupados com ensino superior a diferença é ainda mais acentuada: um trabalhador negro recebe, em média, R\$ 3.060, o equivalente a aproximadamente 68% do valor recebido por um não negro (R\$ 4.524). Entre os negros, os valores auferidos são muito próximos, independentemente de sua formação: os rendimentos médios mensais auferidos por um(a) psicólogo(a) negro(a) corresponde a 95,5% do valor do rendimento mensal dos(as) ocupados(as) negros(as) com nível superior de ensino e o valor recebido por hora, a 98,8%. Já entre os não negros, essa relação é de 77,7% e de 85,4%, respectivamente.

Conforme as informações do DIEESE (2016), a maioria dos psicólogos (61,8%) reside na região Sudeste, enquanto 18,0% são da região Sul e 11,2%, do Nordeste. Nas regiões Centro-Oeste e Norte situam-se, respectivamente, 4,8% e 4,3% dos psicólogos. Segundo o CFP⁴, no Rio de Janeiro há um total de 37.006 psicólogas e 5.654 psicólogos, mas não sabemos qual a raça/cor desses psicólogos/as, pois no site do CFP há somente a informação atualizada diariamente da quantidade total de psicólogos, a quantidade por cada região do país e a divisão por sexo de cada região.

Com esse estudo, verificamos que além de serem minoria na Psicologia, as pessoas pretas recebem menos pelos mesmos serviços. Além disso, as diferenças entre sexos/gênero são mais peculiares que nas demais profissões com ensino superior.

Diante desse cenário, as psicólogas pretas, uma vez que não se encaixam no padrão hegemônico eurocêntrico de mulher e não se encaixam no estereótipo hegemônico de psicóloga - de mulher branca -, se obrigam a ocupar uma posição de

⁴<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

destaque, pois a todo momento as práticas racistas ressaltam que esse não é um lugar delas.

Para permanecer na profissão ou para ter um rendimento financeiro maior, as psicólogas pretas precisam ser “as melhores” e ser a melhor implica em ser branca no mundo branco, reflexão já feita por Virginia Bicudo no estudo de atitudes de alunos em relação a cor de seus colegas:

O fato de todos os escolares mais preferidos serem brancos, com exceção de 1 que era negro, reforça a hipótese de os escolares terem identificado o branco com as boas qualidades. A escolha de um negro preferido indica que essa identidade pode ser superada, quando o negro apresenta “qualidades de branco”, fato que apareceu na proporção de 1 para 59. (BICUDO, 1955, p. 248).

Audre Lorde destaca que diante das imposições sociais, as mulheres que estão excluídas do padrão aceitável criado pela sociedade desenvolvem estratégias de sobrevivência em ambientes dominados pela branquitude. Mulheres pobres, lésbicas, pretas e idosas compreendem que a sobrevivência não é uma habilidade adquirida no meio acadêmico. Ao contrário, é aprender a lidar com a solidão, o ostracismo e até mesmo o insulto, unindo-se às outras que também são consideradas “diferentes” para redefinir e buscar um mundo onde todas possam prosperar. Transformar as diferenças em forças é uma jornada de resistência, reconstrução identitária e solidariedade que desafia as normas impostas pela sociedade. (LORDE, 2019).

Mesmo diante de adversidades e sofrimentos produzidos pela matriz colonial de poder que insiste em nos impor a não-humanidade, (re)existimos e criamos estratégias de afirmação de nossa presença preta na universidade, na clínica, em todos os espaços que julgamos necessários. (Re)existimos com a força do coletivo, da família, da comunidade. Eis a Filosofia Ubuntu, que conforme afirma Ramose (2010, p. 211), trata-se de um “conceito central da organização social e política, particularmente entre as populações falantes das línguas Banto”, e tem como base os “princípios de partilha e do cuidado mútuo”. Refere-se a um estado de “ser” e de “tornar-se”, ou seja, indica “uma ação particular já realizada, uma ação ou estado duradouro de ser e uma possibilidade para outra ação ou estado de ser” (RAMOSE, 2010, p. 211).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de questionamentos sobre a presença de pessoas pretas no campo da Psicologia, psicólogos e psicólogas pretas foram construindo coletivos e redes para pensar e discutir sobre uma Psicologia Antirracista, e que considere elementos tradicionais da matriz civilizatória africana como promotoras de saúde mental, como refere Alves (2012). Estes grupos, que já rompem de saída com a perspectiva individualizante da Psicologia e da área da saúde em geral, propõem a circulação de saberes e o compartilhamento de experiências, sem desconsiderar as particularidades de cada pessoa.

Necessitamos de estudos sobre essas redes e seus processos organizativos, seus significados e pertinência no cuidado com a saúde mental da população preta, bem como sobre as trajetórias de homens e mulheres pretas que passaram a constituir-las. Estudos protagonizados por pesquisadores e pesquisadoras pretos/as, cujo propósito seja subverter a lógica colonial da ciência moderna – que sempre nos colocou no lugar de objeto de estudo –, com vistas a construir uma relação sujeito-sujeito na produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ALVES, Míriam Cristiane; AMARAL, Tatiane Coelho. Ações afirmativas, subjetividades e (re)existências: estudantes negros e negras cotistas no curso de psicologia da UFPEL. In: CALAZANS, Márcia Esteves de; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emilia (Orgs.). **América Latina, volume 2: corpos, trânsitos e resistências.** Porto Alegre, RS: 2018. p. 97-124.

ALVES, Míriam Cristiane. **Desde Dentro: Processos de Produção de Saúde em uma Comunidade Tradicional de Terreiro de Matriz Africana.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Rio Grande do Sul, 2012.

BAKARE-YUSUF, Bibi. **Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana.** Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond

Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. *Feminist Africa*, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

BENTO, Maria. Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: CARONE, I; BENTO, M. A. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 25 - 57.*

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Cor dos seus Colegas. *In: Bastide, Roger; Fernandes, Florestan. **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo, Editora Anhembi, 1955.*

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória das mulheres pretas brasileiras: bases históricas. *In: NASCIMENTO, E.L. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009, 219 - 249*

CERQUEIRA, Fernanda Britto Pinheiro. **Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres negras: o impacto do racismo.** 2013. Monografia. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Resolução. **A Psicologia brasileira apresentada em números.** Infográfico desenvolvido pela Gerência de Tecnologia da Informação do CFP. Disponível em:

<<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. de Psicologia - CFP. A Psicologia brasileira apresentada em números. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. 2018.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Eu, mulher, psicóloga e negra. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília v. 4, n. 2, p. 10-15, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000200004&lng=en&nrm=iso>.

COLLINS, Patrícia Hill. "Epistemologia feminista negra". *In: **Pensamento feminista negro***, p. 401-432. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro: Relatório Final. **Conselho Federal de Psicologia**, 2016.

FIGUEIREDO. Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p.1080-1099.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)**. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Mariana Alves. **Psicologia favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia**. Tese de doutorado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra: um retrato. Rio de Janeiro, 1979. *In: Lélia Gonzalez Primavera para rosas negras*, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. Intelectuais Pretas. SANTARRITA, M (trad) **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n.2, p. 464-478. 1995. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10112009-123904hooks.pdf>

HORGE-FREEMAN, Elizabeth. “Corpos negros, castas brancas: racializando e generificando corpos”. *In: A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias pretas brasileiras*, pp. 97-132. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua**, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGES, Sônia Regina Corrêa et al . Pesquisas em Psicologia Social no Campo da Saúde da População Negra no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis , v. 13, n. 1, p. 1-10, jan. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-9044201400010001&lng=pt&nrm=iso.

LIMA, Fátima. Vidas pretas, processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres pretas. *In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouvea. Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Editora Autografia. Rio de Janeiro, 2017.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges, 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LHULLIER, Louise. A; ROSLINDO, Jéssica .J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. *In: LHULLIER, L.A. Quem é a Psicóloga Brasileira: mulher, psicologia e*

trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, CFP, 2013, 19 - 52.
Disponível <site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasil_eira.pdf>

NOBLES, Wade W. Shaku Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. *In*: NASCIMENTO, Elisa. Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, 277-299.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. Não sou eu do campo Psi? Vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 52-77, out. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em:
<<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1112>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Feridas até o coração: negras guerreiras Brasiliense em mulheres pretas dos pontos transmissão psíquica e pertencimento**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

RAMOS, Alberto Guerreiro, 1982. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.175-220.

RIBEIRO, Matilde. "Mulheres pretas brasileiras, de Bertioga a Beijing". **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-57, 1995. Dossiê Mulheres Pretas.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil, em **Anais Seminário internacional fazendo gênero**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SANTOS, Abrahao de Oliveira. O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 39, n. spe, e222113, 2019. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932019000500305&lng=en&nrm=iso>.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do "Objeto da Ciência" ao Sujeito Político. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=pt&nrm=iso>

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal, Revista de Psicologia.**, Rio de Janeiro , v. 31, n. spe, p. 244-248, 2019 .

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=isohttps://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770.